

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 52 ADCT

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 52. Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, III, são vedados:

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

1 – Sugestões localizadas¹

Não foram localizadas sugestões.

2 – Audiências públicas

Consulte as sete reuniões de Audiência Pública realizadas pela Subcomissão do Sistema Financeiro.

Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5c

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

3 – Subcomissões temáticas

SUBCOMISSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - Vc

FASE A – Anteprojeto do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	Não foram localizadas emendas.
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	A matéria não foi localizada nesta Fase.

4 – Comissões temáticas

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTOS E FINANÇAS - V

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)
FASE F – Substitutivo do relator	Art. 74 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 62, item II, são vedados: I - a instalação, no País, de agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. <i>Parágrafo único</i> - A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.
FASE G – Emenda ao substitutivo	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra da emenda da Fase G ao final deste documento.)
FASE H – Anteprojeto da comissão	Art. 78 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 67, item II, são vedados: I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. <i>Parágrafo único.</i> A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro. Consulte na 9ª reunião da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a votação do Substitutivo do Relator publicado no Diário da Assembleia Nacional

	<p>Constituinte de 22/8/1987, Supl. 132, a partir da p. 237.</p> <p>Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/comissao5</p>
--	--

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	<p>Art. 472 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 336, item II, são vedados:</p> <p>I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;</p> <p>II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.</p>
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Não foram localizadas emendas.
FASE L – Projeto de Constituição	<p>Art. 467 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 328, item II, são vedados:</p> <p>I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;</p> <p>II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.</p>
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	<p>Total de emendas localizadas: 2.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)</p>
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	<p>Art. 27 (ADCT) - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 225, item II, são vedados:</p> <p>I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;</p> <p>II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.</p> <p><i>Parágrafo único</i> - A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.</p>

FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 14. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)
FASE P – Segundo substitutivo do relator	Art. 27 (ADCT) - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 221, inciso II, são vedados: I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. <i>Parágrafo único</i> - A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	Art. 17. (ADCT) Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 228, II, são vedados: I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. § 1º A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro. § 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o artigo 192 da Constituição, o Poder Executivo Federal regulará a matéria prevista no artigo 193, § 3º.
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra da emenda da Fase S ao final deste documento.) Emenda Substitutiva do Centrão ² nº 2045, art. 16.
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	Art. 59. (ADCT) Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 197, II, são vedados: I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. § 1º A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro. § 2º Até a entrada em vigor de lei complementar a que se refere o art. 169 da

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	Constituição, o Poder Executivo Federal regulará a matéria prevista no art. 170, § 3º.
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	Art. 52. (ADCT) Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, II, são vedados: I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. <i>Parágrafo único.</i> A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	Não foram localizadas emendas.
FASE X – Projeto D – redação final	Art. 52. (ADCT) Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, III, são vedados: I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. <i>Parágrafo único.</i> A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE E

EMENDA:00249 APROVADA

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERES NADER (PDT/RJ)

Texto:

I - Dê-se ao artigo 3o. do Anteprojeto Final da Subcomissão do Sistema Financeiro (Vc) a seguinte redação:

"Art. Ficam vedadas novas autorizações para abertura, no País, de agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior, ressalvados os casos de reciprocidade de interesse do Governo brasileiro."

II - Suprima-se o artigo 15.

Justificativa:

A Emenda proposta veda a concessão de novas autorizações para abertura, no País, de agências de instituições financeiras estrangeiras, ressalvando os casos de reciprocidade de interesse do Governo.

Não se pode impedir, por intermédio de norma constitucional, que o Governo permita a abertura de agências de instituições financeiras estrangeiras no País, quando essa concessão visa ao nosso desenvolvimento ou ao interesse de uma integração regional. A esse propósito, cabe recordar a integração latino-americana, especialmente o esforço brasileiro nesse sentido desenvolvido junto à Argentina e ao Uruguai.

Parecer:

Os limites e condições para o ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro nacional dever ser objeto de lei ordinária.

Entendemos também, que a Carta Magna deve estipular os princípios de reciprocidade e acordos internacionais, além da proteção dos interesses da nação, como critério para a autorização ou não de residentes e domiciliados no exterior, nesse segmento da economia nacional.

Nesse sentido, opinamos pelo acolhimento da Emenda proposta pelo ilustre Constituinte.

Aprovada.

EMENDA:00379 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERES NADER (PDT/RJ)

Texto:

I - Dê-se ao § 2o. do artigo 20 do Anteprojeto Final da Subcomissão do Sistema Financeiro (V.C) a seguinte redação:

"§ 2o. Ficam vedadas novas autorizações para a participação de residentes ou domiciliados no exterior no capital de instituições financeiras domiciliadas no País, bem como para o aumento das participações acionárias já existentes nessas instituições."

II - Suprima-se o artigo 15.

Justificativa:

A Emenda proposta tem dois objetivos. Em primeiro lugar, busca aperfeiçoar a redação do Anteprojeto pela substituição das expressões "bancos de depósito, de investimento, as companhias e corretoras de seguro e demais instituições financeiras" por "instituições financeiras domiciliadas no País", bem como as expressões "pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras" por "residentes ou domiciliados no exterior". Uma alteração visa a simplificação; a outra abrange, inclusive, brasileiros residentes e domiciliados no exterior, além de usar expressões utilizadas nos acordos internacionais.

O segundo objetivo da Emenda proposta é o de impedir a concessão de novas autorizações, vedando, inclusive, o aumento das participações já existentes.

A determinação contida no Anteprojeto da Subcomissão, no sentido de que, no prazo de um ano, as instituições financeiras autorizadas a funcionar no País deve encerrar suas atividades, não favorece o Brasil.

Hoje há instituições financeiras brasileiras funcionando no exterior e há pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Brasil, participando de instituições financeiras com sede no exterior as quais certamente serão obrigadas, também, a encerrar suas atividades.

A Emenda proposta impede que sejam concedidas novas autorizações para estrangeiros participarem de instituições financeiras com sede no Brasil, sem, contudo, prejudicar os interesses do País, na medida que, em homenagem à reciprocidade, ficam as instituições brasileiras, públicas e privadas, com a possibilidade de continuarem a exercer essas atividades além de nossas fronteiras.

Parecer:

As condições e limites para participação do capital estrangeiro na economia nacional devem ser estipulados em lei. A Constituição, todavia, deve resguardar os interesses nacionais, estipulando que, na área financeira, serão observados critérios de reciprocidade e acordos internacionais.

Entendemos, também, que, até que a lei defina as restrições acima, devem ficar vedadas autorizações para abertura de novas agências de bancos estrangeiros, para aumento de participação acionária de residente, ou domiciliado no exterior, com exceção dos casos resultantes de acordos internacionais ou reciprocidade de interesse, obviamente, do país.

ACOLHIDA PARCIALMENTE.

EMENDA:00380 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERES NADER (PDT/RJ)

Texto:

Inclua-se no Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro os seguintes dispositivos:

Art. A lei determinará condições para participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, tendo em vista, especialmente:

- I - os interesses nacionais;
- II - os acordos internacionais; e
- III - critérios de reciprocidade.

Disposições Transitórias

Art. Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo ficam vedadas novas autorizações para:

- I - a abertura, no País, de agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior; e
- II - a participação de residentes ou domiciliados no Exterior no capital de instituições financeiras, bem como o aumento de participações acionárias já existentes nessas instituições."

Justificativa:

A participação do capital estrangeiro no setor financeiro do País necessita de um tratamento específico a ser estabelecido em lei. Não se pode admitir, relativamente ao setor financeiro, a adoção do regime comum aplicável à generalidade dos investimentos externos. Com efeito, os bancos estrangeiros quando vêm ao Brasil – pela própria natureza dessa atividade econômica – não aportam capital, nem tecnologia. Ademais, enquanto entre nós os bancos estrangeiros podem captar depósitos do público, lá fora os bancos brasileiros raramente têm essa permissão, como escreveu o ilustre relator da Subcomissão.

A inexistência de lei nessa matéria abriu um espaço de poder regulamentar exageradamente amplo ao Banco Central do Brasil. Além do mais, o Banco Central não goza entre nós de autonomia frente ao Governo, o que implica alto risco de utilização política, casuística e ocasional, dessa competência praticamente sem limitações.

A Emenda que apresentamos reserva a matéria à lei e já adianta critérios constitucionais a serem por ela obedecidos: (a) os interesses nacionais; (b) acordos internacionais; e (c) a reciprocidade no País de origem. Completa a nossa proposta uma importantíssima disposição transitória que veda, até o advento da legislação ordinária, a outorga de autorizações no setor, tanto para a abertura de agências novas no País, como para a participação – ou mesmo simples aumento de participação já existentes – de residentes ou domiciliados no Exterior no capital de instituições financeiras nacionais.

Parecer:

A matéria a que se refere o ilustre Constituinte, de fato, pertence à legislação ordinária. Também concordamos com os princípios que, nesta área vital da economia, devem constar na Carta Magna.

Assim, a lei deve dispor sobre a conveniência ou não de capital estrangeiro no sistema financeiro, uma vez observados os critérios de reciprocidade, os acordos internacionais, e obviamente, os interesses nacionais. Deve dispor também, sobre a organização do sistema, suas instituições, regras de

funcionamento, horários, etc.
Portanto, opinamos pelo acolhimento da presente Emenda.
APROVADA.

EMENDA:00579 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

RAIMUNDO LIRA (PMDB/PB)

Texto:

I - Dê-se ao parágrafo 2o. do artigo 2o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

Par. 2o. - A lei determinará condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições de que trata este artigo, tendo em vista, especialmente:

I - os interesses nacionais;

II - os acordos internacionais;

III - critérios de reciprocidade.

II - Suprima-se o artigo 3o. do mesmo anteprojeto.

III - Dê-se ao artigo 15 do mesmo anteprojeto a seguinte redação:

"Art. 15 Até sejam fixadas as condições a que se refere o parágrafo 2o. do art. 2o., fica vedada a concessão de novas autorizações para funcionamento ou abertura de agências de instituições financeiras com participação de capital estrangeiro."

Justificativa:

O dispositivo do anteprojeto tem o grande mérito de trazer à discussão assunto relevante.

Entretanto, a simples proibição da participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras não atende aos complexos aspectos do assunto.

Seria mais conveniente submeter a um debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vistas à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51 da Lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que "aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais". Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira em bancos comerciais e limitada a até 50% do capital total e até 1/3 do capital votante a participação estrangeira nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo a Governo, que conduziram o governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Aliás, é comum a ideia de que esta medida não acarretaria retaliações porquanto as agências brasileiras no exterior captam, preponderantemente, no mercado interbancário, e não diretamente junto ao público.

Ora, trata-se de grave erro. A captação no mercado interbancário também é feita sob a forma de depósitos, e esta forma de atuar é característica de cada mercado externo, sendo muitas vezes vantajosas atuar desta forma (por ser menos onerosa) do que captar depósitos populares.

Estas as razões que informa a presente emenda substitutiva que submetemos à consideração desta Comissão

Parecer:

O ilustre Constituinte contempla de forma apropriada os princípios que devem reger a vida nacional, em matéria de organização e funcionamento do sistema financeiro nacional. Remete à legislação ordinária os assuntos pertinentes à decisão da sociedade no momento que lhe aprouver, registrando, porém, os princípios básicos e duradouros.

A concessão de autorizações para abertura de instituições financeiras deve ser, também em nosso entendimento, inegociável e intransferível pela própria natureza dos serviços dela

decorrentes.

A lei deve dispor sobre os limites e condições de acesso do capital estrangeiro na economia do país. Todavia a Carta Magna deve conter os princípios duradouros, dentro dos quais o legislador ordinário deliberará.

Assim, opinamos pelo acolhimento da Emenda.

Acolhida.

FASE G

EMENDA:00458 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se

Do artigo 62 do item II, letras a, b e c

O Artigo 74 - itens I e II e seu parágrafo único.

Justificativa:

A presente emenda é para não se permitir que bancos estrangeiros operem no País na captação de depósitos, cujo elenco de argumentos foi apresentado na proposta constitucional e que haviam sido aceitas pelo ilustre relator da Subcomissão do Sistema Financeiro Deputado Fernando Gasparian e agora lamentavelmente vemos o relator da Comissão Temática Dep. José Serra, proceder a alteração do que havia sido aprovado por aquela subcomissão, sem uma justificativa convincente.

Parecer:

Nosso entendimento, contrariamente à afirmação de antes da Emenda, é no sentido de que a participação do capital no sistema financeiro nacional deve ser disciplinado a ser elaborado pelo Congresso Nacional tendo em vista os interesses nacionais, critérios de reciprocidade e os acordos internacionais.

Em nosso Substitutivo propomos que, enquanto não forem fixados, na Lei do Sistema Financeiro Nacional, os critérios que regularão a participação de capital estrangeiro no setor, fique vedado o ingresso do capital estrangeiro, seja sob a forma de elevação da sua participação em empresas nacionais, seja mediante a instalação de agências de empresas estrangeiras no país. Pelo não acolhimento.

FASE M

EMENDA:19155 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o dispositivo no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, suprima-se do Título X - Das Disposições Transitórias, do Projeto de Constituição, os Artigos 429, 433, 438, 439, 441, 448, 450, 451, 453, 454, 466, a 468, 469, 471, 472, 475, 476, a 489 e 492 a 496 e seus respectivos parágrafos, dando-se aos demais dispositivos a seguinte redação:

Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias

[...]

Art. 24 - Até que sejam fixadas as condições que se refere o Art. 190, item II, são vedados:

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo Único - A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

[...]

Justificativa:

A redação ora proposta de dispositivos transitórios do último título do Projeto de Constituição contempla os aspectos do mérito dos temas nele abordados, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados.

Por outro lado, toda definição de ordem social promovida por reconstitucionalização, traz consigo número muito grande de disposições de efeito temporário, para a adaptação dos ordenamentos aos novos princípios. A transitoriedade decerto diz respeito apenas à fase de adequação embora não há eficácia das normas. Estas, sem dúvida, devem ser debatidas e decididas como matéria constitucional. Não cabe, contudo, mantê-las indefinidamente apensadas ao texto constitucional, cuja natureza é, por princípio permanente. Sobrecarregar a Constituição com apêndice de dispositivos restritos e de aplicação forçosamente limitada no tempo é desnecessário e mesmo desaconselhável. A consolidação das disposições transitórias em diploma constitucional próprio reúne duas vantagens de monta: o valor a norma constitucional e o rigor de um texto específico que não mescle o efêmero ao internacionalmente permanente. Assim como é conveniente, na Constituição, que as especificações e/ou regulamentações de numerosos preceitos sejam remetidas às leis complementares ou ordinárias, assim também convém remeter para ato especial as disposições constitucionais transitórias que frequentemente são bem menos relevantes do que aquelas especificações e regulamentações. O texto da Constituição concluir-se-á, dessarte no capítulo das disposições gerais, por um último artigo que poderia enunciar consistirem as disposições transitórias, decorrentes da vigência da Nova Constituição, Ato Constitucional especial votado e promulgado concomitantemente com a Carta Magna.

(Obs.: A numeração sequencial dos dispositivos propostos não corresponde à do Projeto)

Parecer:

A Emenda, múltipla em seus objetivos, tem extraordinária pertinência, e sem dúvida enriquecerá o Substitutivo em elaboração.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:19396 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Título X do projeto de Constituição.

O Título X, Das Disposições Transitórias, passa a ter a seguinte redação:

"Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias.

[...]

Art. 36. Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 328, item II, são vedados:

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras, com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas

residentes ou domiciliadas no exterior.
Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

[...]

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

O Substitutivo contempla, em parte, o conteúdo da Emenda. Pela aprovação.

FASE O

EMENDA:25423 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EZIO FERREIRA (PFL/AM)

Texto:

Suprimir o inciso II, do Artigo 27, das Disposições Transitórias.

Justificativa:

É danoso à economia nacional porque impede o ingresso de capitais estrangeiros.

Parecer:

Até que a Lei do S.F.N defina as condições para o ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro, entendemos que deve ser vedada a possibilidade de aumento da participação daquele capital em instituições com sede no país.

Entendemos, portanto, que o dispositivo deve permanecer no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:25424 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EZIO FERREIRA (PFL/AM)

Texto:

Suprimir o parágrafo único do Artigo 27, das Disposições Transitórias.

Justificativa:

Em razão de outras emendas e porque a regra é danosa ao interesse do desenvolvimento nacional.

Parecer:

As condições para autorização de participação do capital estrangeiro no sistema financeiro deverão ser fixados em Lei Complementar (Lei do S.F.N).

Todavia, a lei disporá tendo em vista especialmente: os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Até que a Lei defina as condições, o Substitutivo propõe a proibição de abertura de novas agências de bancos estrangeiros no país. Ressalva, porém, que a vedação não se aplica às autorizações resultantes de interesse do governo brasileiro, de acordos internacionais e de reciprocidade.

Trata-se, portanto, de dispositivo que, a nosso ver, não deve ser excluído do Projeto de Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:27210 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Suprimir o inciso II, do Art. 27, das Disposições Transitórias.

Justificativa:

É danoso à economia nacional porque impede o ingresso de capitais estrangeiros.

Parecer:

Até que a Lei do S.F.N defina as condições para o ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro, entendemos que deve ser vedada a possibilidade de aumento da participação daquele capital em instituições com sede no país.

Entendemos, portanto, que o dispositivo deve permanecer no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:27211 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Suprimir o parágrafo único do Art. 27, das Disposições Transitórias.

Justificativa:

Em razão de outras emendas e porque a regra é danosa ao interesse do desenvolvimento nacional.

Parecer:

As condições para autorização de participação do capital estrangeiro no sistema financeiro deverão ser fixados em Lei Complementar (Lei do S.F.N).

Todavia, a lei disporá tendo em vista especialmente: os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Até que a Lei defina as condições, o Substitutivo propõe a proibição de abertura de novas agências de bancos estrangeiros no país. Ressalva, porém, que a vedação não se aplica às autorizações resultantes de interesse do governo brasileiro, de acordos internacionais e de reciprocidade.

Trata-se, portanto, de dispositivo que, a nosso ver, não deve ser excluído do Projeto de Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:29062 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

Texto:

Emenda destinada a revogar privilégios concedidos a bancos estrangeiros no Projeto.

Emenda supressiva do inciso II do art. 255;

art. 27 e parágrafo único das Disposições Transitórias.

Suprima-se o inciso II do art. 255 do Projeto que introduz e assegura às instituições financeiras, estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização de capital estrangeiro a garantia de permanência no País, remunerando-se os demais incisos.

Suprima-se, por consequência, o art. 27 e seu parágrafo único das Disposições Transitórias.

Justificativa:

A intromissão no texto constitucional de garantias constitucionais aos bancos, estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização de capital estrangeiro constitui um retrocesso lamentável relativamente às constituições anteriores e consagra um neocolonialismo financeiro que em nenhuma outra carta política, nem mesmo na atual outorgada pela Junta Militar, treze dias após o sequestro do embaixador norte-americano e no

vértice de uma crise política em que se julgava necessário prestigiar as empresas estrangeiras, nem mesmo aí se julgou cabível conceder privilégio de tal magnitude.

O sonho de reservar para os brasileiros a prerrogativa de aplicar a economia e a poupança de seu próprio povo vem desde 1894 e foi iniciativa de empresários nas constituições de 1934, 1937, 1946 e em 1974, através de conferências do próprio presidente do Sindicato de Bancos do Estado da Guanabara, senhor Teófilo Azevedo Santos, então presidente também do Instituto dos Advogados Brasileiros e publicada no seminário "Politika", de 08.04.74, na qual revelava a injustificável sangria que pesava contra a economia nacional e as irregularidades altamente lesivas resultantes dessa concessão.

Lutaram contra isto brasileiros do quilate de Augusto Montenegro, Alberto Torres, Benedito Leite, Lauro Muller, Sezedello Correia, Augusto Severo, Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro Cesar, José Carlos Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga, Alcântara Machado, Alexandre Siciliano, Horácio Lafer, Barbosa Lima Sobrinho, Adroaldo Mesquita da Costa, Agamenon Magalhães, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito e tantos outros, como se vê em Anais de Trabalhos Constituintes.

Não é possível que a visão desses brasileiros incorporados à História seja falsa.

Há contra eles, atualmente, o depoimento de Adroaldo Moura da Silva, diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, publicada no O Estado de São Paulo, porém é a visão de um burocrata. Na justificação da Emenda 1P13871-0, apresentada pelo Senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), pode-se ver a refutação integral.

A audácia dos banqueiros internacionais nesta Constituinte é tão demasiada que não se limitaram a colocar essa "cabeça de ponte" no texto do art. 255.

No art. 27 e seu parágrafo único das disposições Transitórias ainda acrescentaram a proibição a outros bancos estrangeiros de ingressarem no País e tentarem partilhar e comer também e presa que estão deglutindo graças ao impatriotismo de uns e displicência e ignorância de outros.

Armaram uma carteira de bancos internacionais para sugar sozinho a poupança magra do povo brasileiro!

Introduziram uma reserva de mercado para si mesmos!

É evidente que essa imoralidade não pode prosperar e os dispositivos devem ser suprimidos.

Espera-se que a constituinte acolha, ao menos, a emenda que transfere para a lei ordinária, com ressalvas constitucionais, a disciplina de instituições financeiras, estabelecimentos de seguros, previdência e capitalização.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão de matérias aprovadas na Comissão Temática e que, a nosso ver, devem ser mantidos no Projeto de constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:29127 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivos Emendados: Art. 255 e Art. 256

do Projeto de Constituição (Art. 20 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte).

Emenda Substitutiva destinada assegurar competência do Presidente da República, sem ônus para o Erário, para reservar a empresas financeiras privadas, sob controle nacional, ou a empresas públicas, o recebimento de depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado, bem como o exercício de atividades nos ramos de seguros, previdência e capitalização, quando o interesse público assim o exigir, declarado em lei especial.

Substitua-se a redação dos Artigos 255 e 256

pela seguinte:

Art. 255 - A lei do Sistema Financeiro disporá sobre autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, observados os seguintes pressupostos:

I - Competirá ao Presidente da República, mediante decreto, uma vez reconhecido, em lei

especial, o interesse do país, reservar as empresas privadas sob controle nacional, ou a empresas públicas, o exercício de qualquer das atividades financeiras mencionadas neste Artigo, sem ônus para o erário.

II - As autorizações, renováveis ou não, para funcionamento das empresas do Sistema Financeiro em qualquer caso, serão em caráter temporário.

III - em caso de substituição de empresas privadas por empresas públicas, são assegurados todos os direitos dos empregados e dirigentes executivos e sua permanência. Os imóveis, instalações e equipamentos transferir-se-ão, sem solução de continuidade, à entidade sucessora, mediante indenização, pelo seu justo valor, paga aos proprietários, em títulos da dívida pública, acrescidos de juros de seis por cento ao ano, com cláusula de correção monetária, e por prazo compatível com a capacidade de ressarcimento pela entidade sucessora.

Parágrafo único - a lei do Sistema Financeiro Nacional disporá ainda sobre:

- a) a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, assegurada a participação e fiscalização pelas entidades representativas da indústria, do comércio e dos trabalhadores, mediante eleição interna, nas respectivas diretorias.
- b) a criação de fundo mantido com recursos das instituições financeira privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.
- c) a proibição da usura, com sanções criminais aos infratores.

Art. 256 - A Autorização a que se refere o caput do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do Sistema Financeiro Nacional, à pessoa jurídica, cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Suprima-se, em consequência o **Art. 27 e seu Parágrafo único** das Disposições Transitórias.

Justificativa:

1 – A presente emenda visa apenas deixar aberto o caminho constitucional para a possibilidade de futura transformação em lei dos projetos destinados a transferir a economia nacional, as atividades bancárias de coletas de depósitos, as de seguros, previdência e capitalização, providências acolhidas no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, e apresentadas na Subcomissão “C” do Sistema Financeiro pelo deputado Darcy Deitos (PMDB-PR), e aprovado pelo relator Fernando Gasparian (PMDB-SP); porém, rejeitadas na Comissão do Sistema Tributário presidida pelo deputado Francisco Dornelles,

2 – Barbosa Lima Sobrinho, em seu estudo “A Nacionalidade da Pessoa Jurídica” (Belo Horizonte, 1963) registra o debate travado na Câmara dos Deputados, em 1894, para aprovação do projeto do Senador Virgílio Damásio, pela nacionalização das empresas de seguros, para eliminar absurda evasão das divisas em troca de nada. O Projeto recebia o apoio de Augusto Montenegro, Alberto Torres, Benedito Leite, Lauro Muller, Serzedelo Correia e Augusto Severo, parlamentares que, hoje, são nomes de ruas e de instituições, enquanto que os entreguistas da época ficaram sepultados no lixo da História.

3 – O projeto de nacionalização dos bancos de depósitos foi apresentado na Constituição de 1934, pelos parlamentares empresários paulistas Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro Cezar, José Carlos Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga (banqueiro), Mário Gomes, Alcântara Machado e Alexandre Siciliano Jr., entre outros, nomes que perduram na memória nacional.

Em 1946, o debate de nacionalização dos bancos envolveu Barbosa Lima Sobrinho, Adroaldo Costa, Agamenon Magalhães, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito e outros.

Em 1973, o banqueiro Teófilo de Azeredo Santos, então presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, realizou memorável conferência no Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial (IPEAC), em que denunciava as irregularidades e abusos cometidos pelos bancos contra a economia nacional, conferência transcrita no seminário Política, de 08.04.74, onde condenava o poder político em que resultava do fato de dirigir a aplicação dos depósitos recolhidos no Brasil, segundo os interesses estrangeiros.

A Constituição de 1937 determinava a nacionalização dos bancos de depósito. Em 1974, entre outros, o Peru, Argentina, Venezuela, Índia, Argélia proibiram a captação da poupança nacional por bancos estrangeiros. Posteriormente, a França, México e Portugal ingressaram na lista.

4 – Lamentavelmente, a pressão nesta Constituinte dos vultosos interesses em jogo, não só afastou a possibilidade da nacionalização, como, até mesmo, introduziu no art. 328 do Projeto, inciso II, alínea C, a expressa participação do capital estrangeiro, tendo em vista “critérios de reciprocidade”; o que significa um retrocesso relativamente a todas as Constituições anteriores.

Essa vexatória capitulação na defesa da economia nacional, pelo menos, não deveria ser confessada. Que se calem os constituintes, mas, de modo algum, devem confessar sua ignorância ou impotência. As nações imperialistas podem se dar o direito de estabelecer a reciprocidade. Isto permitirá coletar depósitos da poupança nativa com a vantagem de ingressar num país pobre com o Brasil e abrir possibilidades de exercer um poder político irrisistível, enquanto que um banco brasileiro, por exemplo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, na Alemanha, não recolhe, em depósitos, senão os valores que são destinados ao pagamento das mercadorias vendidas pelos exportadores do Brasil. Nada mais. A poupança nacional dos países ricos não se arriscaria a deixar, por exemplo, os bancos de Wall Street, para os duvidosos bancos do Terceiro Mundo, em países insolventes como o Brasil.

5 – Infelizmente, esta visão não tiveram a pequena maioria de constituintes da Comissão presidida pelo deputado Francisco Dornelles e nem o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, senhor Adroaldo Moura da Silva que depôs naquele foro de debates.

Segundo o resumo publicado em “O Estado de São Paulo”, de 04 de junho pretérito, “as relações financeiras entre os países baseiam-se na reciprocidade. Por isso, se o Brasil proibir a participação dos bancos estrangeiros em seu mercado, os bancos brasileiros estarão sujeitos a tratamento semelhante em suas operações externas. O que isso representaria em prejuízos só para o Banco do Brasil, pode ser julgado pelo fato de que o Banco do Brasil realiza 58% de seus lucros nas operações externas. O Banco do Brasil tem, em suas 33 agências estrangeiras, US\$ 3,5 bilhões que, somados aos cerca de US\$ 2,2 bilhões captados por outras formas, representam US\$ 5,7 bilhões em depósitos no Exterior. Esse total é maior que o volume dos depósitos captados dentro do Brasil que anda em torno de US\$ 4 bilhões. E mais: é maior também que o total dos depósitos captados no mercado brasileiro por todos os bancos estrangeiros que aqui operam – incluindo-se aqueles em que o capital estrangeiro tem participação parcial – que chegaria aos US\$ 4,8 bilhões”.

Adroaldo acrescenta que ainda há os depósitos coletados pelo BANESPA e por alguns grandes bancos privados e que o Banco do Brasil tem participação acionária em bancos japoneses, europeus, árabes e latino americanos; participação que também estaria ameaçada de retaliação.

Como se vê, o Senhor Adroaldo raciocina como um burocrata cego e como se vivesse fora do Brasil.

Em resumo para ele, os bancos estrangeiros devem permanecer coletando as minguadas poupanças dos brasileiros e comandando a aplicação política desses recursos, porque a diferença entre o que retiram aqui e o que o Banco do Brasil recolhe lá fora é de US\$ 5,7 bilhões de dólares menos US\$ 4,8 bilhões, ou seja, 900 milhões de dólares a favor do Banco do Brasil.

O Senhor Adroaldo e Andréia Calabi não se deram conta de os lucros do Brasil não se encontram no que está visível nesses dados contábeis, mas no corte dos imensos abusos bancários que se cometeram e se cometem transferindo o comando da política financeira e que representam bilhões e bilhões de dólares de prejuízo e o caos que aí está.

6 – RESPOSTAS ÀS OBJEÇÕES DE ADROALDO

a) – o que o Brasil coleta no exterior são, pelo visto, ninharias – pois o que o Senhor Adroaldo deveria revelar não é o volume dos depósitos, mas os custos destes depósitos em agências, pessoal, viagens, contrabandos, o rombo da COBEC e outras operações ruinosas que o silêncio dos gabinetes e a cortina do sigilo escondem do público e são facilitados por agências fantasmas como essas Panamá e dos paraísos fiscais, onde toda a sorte de falcaturas podem ser cometidas e tirar o que sobraria disso. O Brasil necessita é de transparência na gestão dos dinheiros públicos. Os depositantes estrangeiros nos bancos brasileiros, no exterior só fazem operações como vantagens para negócios clandestinos no território nacional e como instrumento da chamada “economia submersa” nas contas numeradas. Nenhum brasileiro deixaria de depositar suas economias no Bradesco, ou na Caixa Econômica, para entregá-las a um banco perdido na Polinésia, com agência no Brasil, do mesmo modo como nenhum nova-iorquino deixará de depositar num banco mundialmente famoso da Wall Street para confiar suas economias a bancos de um país com as aperturas do Brasil. Só existindo outras “compensações” para risco é que as operações aparecem. Isto é claro, como a luz do sol.

b) – O temor a retaliações é fruto de ignorância do vulto de interesses que ligam milhares de empresas de qualquer país do mundo ao Brasil de hoje, onde seus recursos naturais em minérios, inclusive estratégicos, sua

produção de manufaturados e sua classe dirigente – ingênua ou corrupta como a da China, nos tempos em que as nações europeias realizavam os famosos “negócios da China” são atrações fascinantes que não admitem picuinhas de fechar o Banco do Brasil por onde podem transitar, e transitam, tantas operações vantajosas; banco que, é sabido de todos, não sofre fiscalização.

c) – Se o Brasil tiver estadistas dotados de competências para um comando político à altura de sua importância internacional e proibir a coleta de depósitos estrangeiros dando cumprimento a uma aspiração nacional que já constava da Constituição de 1934, portanto, com mais de meio século – as consequências serão outras. Para ficarmos na contabilidade do Senhor Adroaldo, grande parte desses depósitos coletados na poupança brasileira pelo CitiBank e em outros e mais US\$ 2.404.800 de dinheiro brasileiro que transitam por esses bancos para empresários externos, passarão para o Banco do Brasil S/A, de modo que não há prejuízos, mas grandes lucros.

d) – Esses, entretanto, não são os lucros maiores que o Brasil auferirá. Se os bancos estrangeiros recolheram da minguada economia de brasileiros, em 1986 – como informa o Senhor Adroaldo Cz\$ 71.620.400,000 e para empréstimos externos Cz\$...35.925.600,000, ou seja, Cz\$ 107.546.000,000 – esses 107 bilhões, segundo o Almanaque Abril/87, correspondem às receitas de 1986, somadas, de três grandes Estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná), ou de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Sergipe. Cabe, pois, aos bancos estrangeiros, coletores dessa receita, decidir soberanamente sobre a aplicação de recursos de vulto idêntico, vale dizer, desfrutar de um poder político muito maior do que os dos governadores desses Estados. Muito maior porque os governadores estão jungidos às despesas orçamentárias imperiosas (pagamento do funcionalismo, hospitais, polícia etc...) e os banqueiros têm total liberdade.

Tais recursos de depositantes brasileiros são canalizados segundo os interesses do Citibank, e não segundo o interesse nacional, e os lucros vão para o exterior, de graça. Isto contribui para explicar porque faltam recursos para escolas, hospitais, programas assistenciais e até para as Forças Armadas. A sangria através dos bancos é a mais injusta de todas.

e) – Cada um que se disponha a ler os balanços das multinacionais e os estatutos de sua constituição sabe quais são as regras usuais de sua instalação no Terceiro Mundo. O Capital é próximo do zero, como ocorreu nas empresas instaladas para pesquisar Petróleo, através dos contratos de risco, e ocorre nas mineradoras em geral. Em seguida, a matriz no exterior “empresta” o capital e esse capital contém juros, royalties e o diabo. Assim, os lucros deixam de ser lucros, mas “amortizações” da dívida. As mercadorias como, por exemplo, minérios, são exportadas, com preços aviltados a uma “compradora” fantasma sediada num paraíso fiscal no Caribe. Em alto mar, a “compradora” revende ao destinatário por novos preços. Com isto, sonégam os impostos do Brasil e no país destinatário. Essa intermediação processa-se pelos bancos estrangeiros que operam no Terceiro Mundo. Os depósitos (segundo Adroaldo) para esses “empréstimos” externos somaram US\$ 2.404.800,000 no ano passado. Quando, por azares, é descoberta uma trapaga, como ocorreu com uma empresa exportadora gaúcha, o banco se apressa em cancelar o “crédito” e, aparentemente, perder tudo. Agora, surgiram as atrapalhas do Citibank em São Paulo.

O relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, editado em 1974. “Las Corporaciones Multinacionales em el Desarrollo Mundial”, relata alguns dos expedientes usados por esses bancos em detrimento das economias dos países do Terceiro Mundo. A ação popular intentada por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pelo Presidente da OAB e pelo Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e distribuída à 7ª Vara Federal em Brasília (classe V, nº 091 – AD/85) para anular a dívida externa, descreve vários tipos de operações. O vulto desses negócios leva de roldão as “fiscalizações”. Esse é um poder muito maior que o dos vice-reis das colônias britânicas. Por aí se vê o valor das objeções dos senhores Adroaldo e Calabi.

7 – CONCLUSÃO

I – É falso afirmar que o Brasil sofreria, prejuízos com a nacionalização dos bancos de depósitos.

II – É falso concluir que o Brasil sofreria, seguramente, retaliações.

III – É certo que o Brasil realizaria uma aspiração constitucional de mais de meio século.

IV – É certo que o Brasil eliminaria um poder político externo superior ao dos governadores dos maiores estados brasileiros, poder que subjuga nossa economia, dita a política financeira, impede a auditoria da Dívida Externa e corrompe ou aterroriza todos os altos escalões, poder que não se submeteu ao congelamento do Plano Cruzado, cobra os juros que quer e conserva nosso povo, como um dos mais pobres e famintos do planeta, habitando uma das mais ricas regiões da terra e que, no ano passado, obteve as maiores colheitas de cereais, porém passando por um dos anos mais terríveis de sua existência, precisamente por essa Dívida Externa e pelos juros usurários e suas represálias.

Cabearia à Assembleia Nacional Constituinte a responsabilidade histórica de decidir qual o caminho do Brasil: mantê-lo submetido às algemas dos banqueiros internacionais ou o caminho da libertação, num novo Sete de Setembro, real e definitivo.

Estamos numa encruzilhada semelhante à da luta pelo monopólio estatal do petróleo e cada deputado constituinte irá tomar sua posição perante a História.

Teme-se, lamentavelmente, que o controle nacional acionário dos bancos de depósitos não passará nesta Assembleia Nacional Constituinte.

Ao menos, porém, que não se confesse essa fraqueza e transfira-se para adiante, sem fechar constitucionalmente a porta a um ulterior exame da matéria, em conjuntura menos adversa ao interesse nacional.

Parecer:

A Emenda apresentada se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto de Constituição

mediante a supressão de artigos prescindíveis.
Pela Aprovação.

EMENDA:30043 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

Texto:

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Suprimam-se o art. 27 seus itens e parágrafo único.

Justificativa:

A economia é dinâmica e não pode estacionar à espera de condições que poderão não ser fixadas pois nada obriga serem estabelecidas.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão de dispositivos aprovados pela Comissão Temática e que, a nosso ver, devem constar do Projeto de Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:30229 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativo

Dê-se ao artigo 27 das Disposições

Transitórias do Substitutivo do Relator a seguinte

redação:

"Art. 27 - Até que sejam fixadas as condições

a que se refere o artigo 255, item II, somente

poderão ser instaladas no território nacional

instituições financeiras com participação de

capital estrangeiro mediante garantia de sua

permanência no País durante, pelo menos, dez

anos".

Justificativa:

Parece-nos ser mais conveniente ao interesse nacional, que as instituições financeiras constituídas com capital estrangeiro, total ou parcial, comprometam-se a uma razoável permanência no País, ao invés de forçar-las a ficar de fora por mera xenofobia.

A exigência terá o mérito de identificar as que ingressam com o propósito de contribuir para o desenvolvimento nacional, distinguindo-as das atraídas por eventual movimento da especulação no mercado financeiro.

Parecer:

As condições para o ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro deverão ser estabelecidos, a nosso ver, na Lei do S.F.N.

Até que a lei defina as condições, parece-nos conveniente vedar a abertura de novas agências e o aumento da participação daquela capital em instituições com sede no país.

A garantia de permanência do capital estrangeiro no país, como propõe a Emenda, não deve substituir as condições que a própria Lei do S.F.N. deverá estabelecer.

Pela rejeição.

EMENDA:31481 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

Texto:

Suprima-se o parágrafo único do art. 27, nas disposições transitórias Título X dos Substitutivo do relator:

Justificativa:

Propomos a supressão do parágrafo único do Art. 27, das Disposições Transitórias, pois com a manutenção deste parágrafo, o artigo não teria nenhuma aplicação útil.

Parecer:

As condições para autorização de participação do capital estrangeiro no sistema financeiro deverão ser fixados em Lei Complementar (Lei do S.F.N).

Todavia, a lei disporá tendo em vista especialmente: os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Até que a Lei defina as condições, o Substitutivo propõe a proibição de abertura de novas agências de bancos estrangeiros no país. Ressalva, porém, que a vedação não se aplica às autorizações resultantes de interesse do governo brasileiro, de acordos internacionais e de reciprocidade.

Trata-se, portanto, de dispositivo que, a nosso ver, não deve ser excluído do Projeto de Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:32407 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dá nova redação ao inciso II ao art. 27 das Disposições Transitórias:

II - O aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de estrangeiros e de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliados no exterior.

Justificativa:

A inclusão do vocábulo "estrangeiro" resguarda melhor os interesses nacionais.

Parecer:

Pela inteligência do disposto no art. 27, inciso II, a vedação ao aumento de participação de capital estrangeiro em instituições financeiras com sede no país abrange, inclusive os "estrangeiros".

Pela rejeição.

EMENDA:33252 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Art. 27 – Disposições.

Transitórias

Substitua-se no Artigo 27 das disposições transitórias a expressão "artigo 225" por "artigo 255".

Justificativa:

A emenda visa corrigir erro de remissão.

Parecer:

A Emenda "visa corrigir erro de remissão". De fato, o art. 27 das Disposições Transitórias refere-se ao art. 255" do Substitutivo e não ao art. 225.

Pela aprovação.

EMENDA:24272 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Título X, Disposições Transitórias.

O Título X, Disposições Transitórias do Substitutivo do Relator, constituindo-se ato separado da Constituição, passa a ter a seguinte redação:

"Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]"

Art. 26. Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 184, item II, são vedados:

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras, com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

[...]

Justificativa:

Integrar uma Nação cujos fundamentos básicos sejam inspirados no Cristianismo, no Humanismo e na Democracia, é o ideal supremo de todos.

Esta emenda faz parte do Substitutivo apresentado pelo autor ao Plenário e ao Partido Democrata Cristão, sob a denominação de "PROJETO APOLO", desmembrado em doze emendas, cada um relativa a um Título, para um possível aproveitamento pelo nobre Relator.

O objetivo maior, no entanto, é o de contribuir para a elaboração de uma nova CARTA MAGNA que corresponda às expectativas da Nação.

As mudanças introduzidas são, ainda, do autor.

Parecer:

Trata-se de Emenda que sugere profundas alterações no Título X, que regula as Disposições Transitórias.

Alguns dos preceitos sugeridos já integram o Substitutivo do Relator, outros inovam o documento e outros, ainda, suprimem regras nele contidas.

É inegável que a proposição, reflete grande espírito público, competência e sensibilidade do Autor.

Visando ao aperfeiçoamento do texto, tendo em vista que no referido Título devem apenas constar dispositivos necessários à proteção dos direitos adquiridos e à disciplinação de providências limitadas no tempo e de relevante interesse público, acolhemos parcialmente a proposição para dele aproveitar os dispositivos que constam do Substitutivo que vamos apresentar.

EMENDA:32805 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

[...]

Art. 20 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 225, item II, são

vedados:

I - a instalação, País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;
II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo único - A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do governo brasileiro.

[...]

Justificativa:

Neste trabalho, respeitamos as qualidades inovadoras trazidas pela forma espontânea e democrática como surgiram os dispositivos contidos no Projeto. Tal como um diamante em bruto, para que elas se revelassem em toda a sua força, o texto precisava ser lapidado, retirando-se-lhe a massa informe das minúcias casuísticas, e, muitas vezes, as imperfeições surgidas pela fusão às vezes emotiva de matéria-prima ideológica. No contexto da emenda que apresentamos quase nada acrescentamos ao já existente: procuramos apenas desbastar a pedra opaca para descobrir-lhe o brilho.

A presente emenda atende a ponderações sinceras do Senhor Relator. Dá ao texto da Constituição uma nova consistência: na redação, busca uma maior síntese, relegando as normas programáticas e reguladoras às leis complementares ou ordinárias; no mérito, procura o fio filosófico nas raízes tradicionais da nossa Sociedade – a liberdade da pessoa, a democracia, a representação do povo pela tripartição dos poderes, e uma Ordem Econômica onde o Social e o Econômico se harmonizam para a construção de um grande país.

Acreditamos que na vigência desta Nova Constituição, da integração entre o Trabalho e o Capital surgirá um renovado surto de progresso e veremos a população brasileira, progressivamente, ascender a níveis de vida mais elevados.

Parecer:

Trata-se de Emenda que sugere profundas alterações no Título X, que regula as Disposições Transitórias. Alguns dos preceitos sugeridos já integram o Substitutivo do Relator, outros inovam o documento e outros, ainda, suprimem regras nele contidas.

É inegável que a proposição, reflete grande espírito público, competência e sensibilidade do Autor.

Visando ao aperfeiçoamento do texto, tendo em vista que no referido Título devem apenas constar dispositivos necessários à proteção dos direitos adquiridos e à disciplinação de providências limitadas no tempo e de relevante interesse público, acolhemos parcialmente a proposição para dele aproveitar os dispositivos que constam do Substitutivo que vamos apresentar.

EMENDA:34004 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

Texto:

Título X

Disposições Transitórias

[...]

Art. 27 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 225, item II, são vedados:

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo único - A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo

brasileiro.

[...]

Justificativa:

As alterações e a redação ora propostas, de dispositivos correlatos contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro e a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa nos termos dos debates e acordos efetuados, tento em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

Parecer:

Trata-se de Emenda que sugere profundas alterações no Título X, que regula as Disposições Transitórias. Alguns dos preceitos sugeridos já integram o Substitutivo do Relator, outros inovam o documento e outros, ainda, suprimem regras nele contidas.

É inegável que a proposição, reflete grande espírito público, competência e sensibilidade do Autor.

Visando ao aperfeiçoamento do texto, tendo em vista que no referido Título devem apenas constar dispositivos necessários à proteção dos direitos adquiridos e à disciplinação de providências limitadas no tempo e de relevante interesse público, acolhemos parcialmente a proposição para dele aproveitar os dispositivos que constam do Substitutivo que vamos apresentar.

FASE S

EMENDA:02045 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Dispositivo emendado – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Dê-se ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS

[...]

Art. 16. Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 225, II são vedados:

I. A instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior.

II. O aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo 1º. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

Parágrafo 2º. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o artigo 192 da Constituição, o Poder Executivo Federal regulará a matéria prevista no artigo 193, parágrafo 3º.

[...]

Assinaturas

- | | | |
|-------------------------|------------------------|--------------------------|
| 1. Bonifácio de Andrade | 11. Paulo Zarzur (Em | 21. Cardoso Alves |
| 2. Carlos Sant'anna | Apoiamento) | 22. Paulo Roberto |
| 3. Délio Braz | 12. Nilson Gibson | 23. Lourival Batista |
| 4. Gilson Machado | 13. Milton Reis | 24. Rubem Branquinho |
| 5. Nabor Júnior | 14. Marcos Lima | 25. Cleonânio Fonseca |
| 6. Geraldo Fleming | 15. Milton Barbosa | 26. Fernando Gomes |
| 7. Osvaldo Sobrinho | 16. Daso Coimbra | 27. Agripino de Oliveira |
| 8. Osvaldo Coelho | 17. João Resek | Lima |
| 9. Hilário Braun | 18. Roberto Jeffereson | 28. Narciso Mendes |
| 10. Edivaldo Motta | 19. João Menezes | 29. Marcondes Gadelha |
| | 20. Vingt Rosado | 30. Mello Reis |

- | | | |
|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 31. Arnold Fioravante | 78. Airton Cordeiro | 126. Mussa Demes |
| 32. Jorge Arbage | 79. José Carmargo | 127. Jessé Freire |
| 33. Chagas Duarte | 80. Matos Leão | 128. Gandi Jamil |
| 34. Álvaro Pacheco | 81. José Tinoco | 129. Alexandre Costa |
| 35. Felipe Mendes | 82. João Castelo | 130. Albérico Cordeiro |
| 36. Alysson Paulinelli | 83. Guilherme Palmeira | 131. Iberê Ferreira |
| 37. Aloysio Chaves | 84. Ismael Wanderley | 132. José Santana de |
| 38. Sotero Cunha | 85. Antônio Câmara | Vasconcellos |
| 39. Messias Góis | 86. Henrique Eduardo | 133. Christovam Chiaradia |
| 40. Gastone Righi | Alves | 134. Oscar Corrêa |
| 41. Dirce Tutu Quadros | 87. Djenal Gonçalves | 135. Maurício Campos |
| 42. José Elias Murad | 88. José Egreja | 136. Asdrubal Bentes |
| 43. Mozarildo Cavalcanti | 89. Ricardo Izar | 137. Jarbas Passarinho |
| 44. Flávio Rocha | 90. Afif Domingos | 138. Gerson Peres |
| 45. Gustavo de Faria | 91. Jayme Paliarin | 139. Carlos Vinagre |
| 46. Flávio Palmier da | 92. Delfim Netto | 140. Fernando Velasco |
| Veiga | 93. Farabulini Júnior | 141. Arnaldo Moraes |
| 47. Gil César | 94. Fausto Rocha | 142. Fausto Fernandes |
| 48. João da Mata | 95. Tito Costa | 143. Domingos Juvenil |
| 49. Dinísio Hage | 96. Caio Pompeu | 144. José Elias |
| 50. Leopoldo Peres | 97. Felipe Cheidde | 145. Rodrigues Palma |
| 51. Expedito Machado | 98. Virgílio Galassi | 146. Levy Dias |
| 52. Manoel Viana | 99. Manoel Moreira | 147. Rubem Figueiró |
| 53. Mário Bouchardet | 100. Victor Fontana | 148. Rachid Saldanha Derzi |
| 54. Melo Freire | 101. Orlando Pacheco | 149. Ivo Cersósimo |
| 55. Leopoldo Bessone | 102. Ruberval Pilotto | 150. João Lobo |
| 56. Aloísio Vasconcelos | 103. Jorge Bornhausen | 151. Inocêncio Oliveira |
| 57. Roberto Torres | 104. Alexandre Puzyna | 152. Salatiel Carvalho |
| 58. Arnaldo Faria de Sá | 105. Artenir Werner | 153. José Moura |
| 59. Amaral Netto | 106. Cláudio Ávila | 154. Marco Maciel |
| 60. Antônio Salim Curiati | 107. José Agripino | 155. José Mendonça Bezerra |
| 61. José Luiz Maia | 108. Divaldo Suruagy | 156. Ricardo Fiuza |
| 62. Carlos Virgílio | 109. Rosa Prata | 157. Paulo Marques |
| 63. Ezio Ferreira | 110. Mário de Oliveira | 158. Telmo Kirst |
| 64. Sadie Hauache | 111. Sílvio de Abreu | 159. Darcy Pozza |
| 65. José Dutra | 112. Luiz Leal | 160. Arnaldo Prieto |
| 66. Carrel Benevides | 113. Genésio Bernardino | 161. Osvaldo Bender |
| 67. Joaquim Sucena (Em | 114. Alfredo Campos | 162. Adylson Motta |
| Apoioamento) | 115. Theodoro Mendes | 163. Paulo Mincarone |
| 68. Luiz Marques | 116. Amilcar Moreira | 164. Adrioaldo Streck |
| 69. Orlando Bezerra | 117. Oswaldo Almeida | 165. Victor Faccioni |
| 70. Furtado Leite | 118. Ronaldo Carvalho | 166. Luis Roberto Ponte |
| 71. Siqueira Campos | 119. José Freire | 167. João de Deus Antunes |
| 72. Aluizio Campos | 120. José Mendonça Bezerra | 168. Matheus Iensen |
| 73. Eunice Michilis | 121. José Lourenço | 169. Antônio Ueno |
| 74. Samir Achoa | 122. Vinicius Cansanção | 170. Dionísio Dal Prá |
| 75. Maurício Nasser | 123. Ronaro Corrêa | 171. Jacy Scanagatta |
| 76. Mauro Sampaio | 124. Paes Landim | 172. Basílio Vilani |
| 77. Stélio Dias | 125. Alécio Dias | 173. Osvaldo Trevisan |

174. Renato Johnsson	213. Jorge Viana	251. José Teixeira
175. Ervin Bonkoski	214. Angelo Magalhães	252. Julio Campos
176. Jovanni Masini	215. Max Rosenmann	253. Ubiratan Spinelli
177. Paulo Pimentel	216. Leur Lomanto	254. Jonas Pinheiro
178. José Carlos Martin	217. Jonival Lucas	255. Louremberg Nunes Rocha
179. Arolde de Oliveira	218. Sergio Brito	256. Roberto Campos
180. Rubem Medina	219. Waldeck Ornelas	257. Cunha Bueno
181. Francisco Sales	220. Francisco Benjamin	258. Francisco Carneiro
182. Assis Canuto	221. Etevaldo Nogueira	259. Meira Filho
183. Chagas Neto	222. João Alves	260. Marcia Kubistschek
184. José Viana	223. Francisco Diogenes	261. Annibal Barcellos
185. Lael Varella	224. Antonio Carlos Mendes Thame	262. Geovani Borges
186. Denisar Arneiro	225. Jairo Carneiro	263. Eraldo Trindade
187. Jorge Leite	226. José Lins	264. Antonio Ferreira
188. Aloisio Teixeira	227. Rita Furtado	265. Maria Lucia
189. Roberto Augusto	228. Jairo Azi	266. Maluly Neto
190. Messias Soares	229. Fabio Raunhetti	267. Carlos Alberto
191. Dalton Canabrava	230. Feres Nader	268. Gidel Dantas
192. Merluce Pinto	231. Eduardo Moreira	269. Adauto Pereira
193. Ottomar Pinto	232. Manoel Ribeiro	270. José Carlos Coutinho
194. Olavo Pires	233. José Melo	271. Wagner Lago
195. Sergio Werneck	234. Jesus Tajra	272. João Machado Rolemberg
196. Raimundo Rezende	235. Aecio de Borba	273. Odacir Soares
197. José Geraldo	236. Bezerra de Melo	274. Mauro Miranda
198. Alvaro Antonio	237. Nyder Barbosa	275. Sarney Filho
199. Irapuan Costa Junior	238. Pedro Ceolin	276. Cesar Cals Neto
200. Roberto Balestra	239. Homero Santos	277. Osmar Leitão
201. Luiz Soyer	240. Chico Humberto	278. Simão Sessin
202. Naphtali Alves Souza	241. Osmundo Rebouças	279. Miraldo Gomes
203. Jalles Fontoura	242. Enoc Vieira	280. Antonio Carlos Franco
204. Paulo Roberto Cunha	243. Joaquim Haichel	281. Franciscos Coelho
205. Pedro Canedo	244. Edison Lobão	282. Francisco Rolemberg
206. Lucia Vania	245. Vitor Trovão	283. Albano Franco
207. Nion Albernaz	246. Onofre Correa	284. Erico Pegoraro
208. Fernando Cunha	247. Alberico Filho	285. Carlos de Carli
209. Antonio de Jesus	248. Vieira da Silva	286. Evaldo Gonçalves
210. Luiz Eduardo	249. Costa Ferreira	287. Raimundo Lira
211. Eraldo Tinoco	250. Elieser Moreira	
212. Benito Gama		

Justificativa:

Os dispositivos acima contém matéria de adaptação das normas constitucionais permanentes às situações jurídicas anteriores da emenda nº 1 à Constituição de 1967 ao novo cenário de direito instituído pela Constituição que deverá ser promulgada. São providências legais de ordem peculiar em que, por diversos meios, o constituinte procura corresponder aos anseios das diversas camadas sociais nessa fase de transformação legal. Merece, por estas razões, o apoio do Plenário.

Parecer:

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. No mérito, opino pela aprovação, nos termos da emenda "Centrão".

PELA APROVAÇÃO:

Art. 1º ("caput"); Art. 2º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 3º ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 4º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º; Art. 5º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 6º ("caput"), incisos I e II, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º; Art. 8º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º; Art. 9º ("caput"); Art. 10 ("caput"), Parágrafo único; Art. 11 ("caput"); Art. 12 ("caput"), § 1º, incisos I e II, alíneas "a", "b" e "c", §§ 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 13 ("caput"), § 1º, incisos I, II, III, IV e V, § 2º, incisos I, II e III; Art. 14 ("caput"); Art. 15 ("caput"), Parágrafo único; Art.

16 ("caput"), incisos I e II, §§ 1º e 2º; § 1º do Art. 17; Art. 18 ("caput"); Art. 20 ("caput"), Parágrafo único; Art. 22 ("caput"); Parágrafo único do Art. 23; Art. 24 ("caput"); Art. 25 ("caput"); Art. 26 ("caput"); Art. 27 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 28 ("caput"); Art. 29 ("caput"); Art. 32 ("caput"); Art. 33 ("caput"); Art. 34 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 36 ("caput"); Art. 37 ("caput"); Art. 38 ("caput"), §§ 12, 22 e 32; Art. 39 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 40 ("caput"); Art. 41 ("caput"); Art. 42 ("caput"); Art. 43 ("caput"); Art. 44 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 47 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 48 ("caput"); Art. 49 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 50 ("caput"); Art. 51 ("caput"); Art. 52 ("caput"); Art. 53 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 55 ("caput"); Art. 56 ("caput"); Art. 57 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 58 ("caput"); Art. 60 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 61 ("caput"); Art. 62 ("caput"); Art. 63 ("caput"); Art. 64 ("caput"); Art. 65 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 68 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 69 ("caput"); Art. 71 ("caput"); Art. 72 ("caput").

PELA REJEIÇÃO:

§ 6º do Art. 6º (Emenda nº 739-2, Lourival Baptista); Art. 7º ("caput"); § 1º do Art. 11 (Emenda nº 1901-3, Genebaldo Correia); Art. 17 ("caput"), § 22; Art. 19 ("caput"); Art. 21 ("caput"); Art. 23 ("caput"); § 22 do Art. 27; Art. 30 ("caput"); Art. 31 ("caput"); Art. 35 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º (Emenda nº 73-8, Cunha Bueno); Art. 44 ("caput") (Emenda nº 1942-1, Mário Covas); Art. 45 ("caput"), §§ 1º e 2º (Emenda nº 1943, Mário Covas); Art. 54 ("caput") (Emenda nº 754-6, Jarbas Passarinho); Art. 59 ("caput n") (Emenda nº 14-2, Valmir Campelo); Art. 66 ("caput"); Art. 67 ("caput").

FASE U

EMENDA:01511 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO CAMPOS (PSDB/MG)

Texto:

Supressão do § 2o., do Art. 59, das disposições transitórias

Parecer:

A emenda é meritória e merece ser acolhida. Elimina disposição que veda, por período indefinido, dos Estados, Municípios, bancos oficiais e empresas públicas, a administração de suas disponibilidades de caixa.

O parágrafo 2o. do art. 59 manteria Governadores, Prefeitos e empresas públicas na dependência das decisões centralizadas do Ministério da Fazenda, até que a lei complementar entrasse em vigor.

A eliminação do § 2o. do art. 59 das Disposições Transitórias, por tais razões, merece aprovação.

Justificativa:

Esse parágrafo despoja, por período indefinido, os Estados, municípios, bancos oficiais e empresas públicas de administrar suas disponibilidades de caixa que permanecerão enfeixadas em mãos do Presidente da República, até que exista quórum qualificado para votar a lei complementar para disciplinar as matérias do art. 169, de muito difícil conciliação (I – finanças públicas; II – dívida pública externa e interna; III – garantias pelas entidades públicas; IV – títulos da dívida pública; V – fiscalização das instituições financeiras; VI – câmbio e VII – compatibilização das funções das instituições de crédito da União e das viltadas para o desenvolvimento regional).

O Constituinte introduziu o §3º, do art. 170, precisamente para acabar com a ditadura financeira do Ministério da Fazenda, herança do autoritarismo.

Neste § 2º, do Art. 59, das Disposições Transitórias, tenta-se continuar mantendo os governadores, prefeitos e empresas públicas atrelados aos burocratas do Ministério do Planejamento e da Fazenda e prorrogada a imoral troca de favores pessoais por liberação de verbas.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.